




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria das Sessões

e-DOC F2716BDC
Proc 3361/2012

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL ACÓRDÃO Nº 113/2018
PUBLICADO(A) NO DODF Nº 95

EM 18/5 DE 2018 PÁGINA(S) 26


Secretaria das Sessões

Ementa: Tomada de Contas Anual dos Ordenadores de Despesa da Secretaria de Estado de Fazenda – SEF, referente ao exercício de 2010. Contas julgadas regulares com ressalvas. Quitação ao responsável.

Processo TCDF nº 3.361/12 - Apensos nºs: 040.001.765/11 (8 vols.), 040.001.267/11 (2 vols.) e 126.000.018/11 (4 vols.).

Nome/Função/Período: Dagoberto Queiroz Mariano, Diretor Administrativo Financeiro, de 1º.1 a 18.8.10.

Órgão/Entidade: Secretaria de Estado de Fazenda – SEF.

Relator: Conselheiro Paiva Martins.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTDF: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.

Síntese da impropriedade/falha apuradas no Relatório Contábil Anual – Exercício de 2010: a) subitem II.1.5 (Conta Contábil 19973XXXX – Contratos a liberar); b) subitem II.1.6 (Conta Contábil 199740104 – Convênios transferidos pelo concedente); c) subitem II.1.7 (Conta Contábil 199740204 – Convênios com terceiros a comprovar); d) subitem 4 (Receita);

Síntese da impropriedade/falha apuradas no Relatório de Auditoria nº 01/2011 – DIRFI/CONAE/CONT: a) subitem 2.7 (Ausência de baixa de valor registrado na conta mandado de sequestro a longa data); b) subitem 2.8 (Saldo bancários e contábeis divergentes); c) subitem 5.6 (Ausência de justificativa e de documentação comprobatória na aquisição de passagens aéreas e na concessão e pagamento de diárias); d) subitem 5.9 (Pagamento por serviços não executados para a empresa Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda.); e e) subitem 5.12 (Ausência de procedimentos em renovação contratual);

Determinações (LC/DF nº 1/94, art. 19): aos responsáveis, ou a quem lhes haja sucedido nos respectivos cargos, que adotem as medidas necessárias a prevenir a ocorrência de falhas semelhantes nos exercícios subsequentes.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto à Corte, **acordam** os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro PAIVA MARTINS, com fundamento nos arts. 17, inciso II, 19 e 24, inciso II, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, julgar **regulares, com ressalvas**, as contas em apreço e dar **quitação** ao responsável indicado.

ATA da Sessão Ordinária nº 5035, de 3 de maio de 2018.


Presentes os Conselheiros: Renato Rainha, Inácio Magalhães, Paulo Tadeu, Paiva Martins e Márcio Michel.

Decisão tomada: por unanimidade.

Representante do MPJTDF presente: Procurador-Geral em exercício Marcos Felipe Pinheiro Lima.


ANILCÉIA LUZIA MACHADO
Presidente


JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro-Relator


MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA
Procurador-Geral em exercício do
Ministério Público junto à Corte